

Língua Portuguesa em Timor-Leste: Percurso Histórico e Políticas Atuais Para a Manutenção da Língua

Portuguese language in East Timor: historical course and current politics toward the language maintenance

André Gonçalves Ramos*

*Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria - RS, 97105-900,
e-mail: goncalvesramos.andre@gmail.com

Resumo: A Ilha de Timor, localizada a leste do arquipélago indonésio, corresponde a um território habitado há mais de 40 mil anos e conhecido há muitos séculos como fonte de sândalo de alta qualidade. Isso atraiu a atenção dos navegadores portugueses que passavam por essa região no princípio do século XVI. A partir de então, e por mais de 400 anos, Portugal explorou e ocupou esse território, mantendo um controle relativo dos povos locais, organizados em reinos independentes, e medindo forças com a estrutura colonial holandesa. Depois da Segunda Guerra Mundial, com consequências catastróficas para a ilha, as potências europeias enfrentaram os processos de descolonização. Quando a metade oriental da ilha declarou sua independência, o Timor Português deu lugar à República Democrática de Timor-Leste. No entanto, a invasão indonésia retardou por mais de 24 anos os anseios de liberdade do povo local. Com a participação decisiva da ONU, a resistência timorense obteve, enfim, sua vitória. Em 2002, essa nação pôde começar a traçar seu próprio caminho de forma independente. Uma nova página começou a ser escrita, mas não com menos dificuldades e desafios. Nas entrelinhas dessa história, a língua portuguesa percorreu uma estrada que a levou a ser escolhida como língua oficial da nação recém-formada. Os desafios gerados a partir dessa opção fundamentam-se em gerar política e planejamento linguísticos capazes de assegurar a difusão e consolidação do português como traço cultural identitário e diferenciador do povo timorense, ao mesmo tempo em que acompanha e fortalece a tarefa maior da conquista da estabilidade social e política, da consolidação da democracia e do desenvolvimento dessa jovem nação.

Palavras-chave: Língua portuguesa; Timor-Leste; Políticas de Língua.

Abstract: The Timor Island, located to the east of the Indonesian archipelago, corresponds to a territory that is inhabited more than 40 thousand years and known for many centuries as a source of high quality sandalwood. This attracted the attention of the Portuguese navigators that passed in this region in the beginning of the XVI century. From then on, and for more than 400 years, Portugal explored and occupied that territory, mantaning a relative control of the local people, organized in independent kingdoms, and measuring power with the Dutch colonial structure. After World War II, with catastrophic consequences for the island, the European powers faced the processes of decolonization. When the eastern half of the island declared its independence, Portuguese Timor would be replaced by the Democratic Republic of East Timor. However, the Indonesian invasion delayed for more than twenty-four years the wishes of the local people. With the decisive participation of the UN, the Timorese resistance finally won, and in 2002, that nation could begin to follow its own way independently. A new

page began to be written, but not with less difficulties and challenges. Between the lines of this story, the Portuguese language crossed a road that led to it being chosen as the official language of the newest formed nation. The challenges generated from this option are based on generating political and linguistic planning capable of ensuring the diffusion and consolidation of Portuguese language as a cultural trait of identity and differentiation of the Timorese people, while at the same time it can accompany and strengthen the greater task of achieving social stability and politics, consolidation of democracy and development of this young nation.

Key words: Portuguese Language; East Timor; Language politics

PERCURSO HISTÓRICO

A identidade de um povo está irrestritamente ligada à sua história, e a ilha de Timor tem um vasto histórico anterior ao colonialismo português. A formação dos povos locais deu-se por migrações advindas da Melanésia, primeiramente, e posteriormente da Austronésia. A presença desses povos na ilha é comprovada por diversas descobertas arqueológicas oriundas de estudos empreendidos durante o período colonial português e, mais recentemente, no período de independência. O vasto repertório linguístico atual talvez seja um dos traços mais visíveis da participação desses povos antigos na sociedade timorense. Hoje, em Timor-Leste, convivem comunidades falantes de dezesseis línguas originárias da Austronésia e da Melanésia. Além disso, antes de os portugueses e holandeses ocuparem e disputarem o território, outros povos estrangeiros já haviam estabelecido relações comerciais com os habitantes locais, contribuindo de alguma forma com a formação cultural timorense (DURAND, 2009; GUNN, 2011).

Sobre a presença dos povos melanésios, acredita-se que tenham chegado a Timor ao se deslocarem da Insulíndia (principalmente de Nova Guiné) para a Austrália por volta de 40 a 60 mil anos atrás (DURAND, 2009; GUNN, 2011). A descoberta de ferramentas de pedra e pinturas rupestres embasam essa hipótese. Uma marca expressiva da presença dos povos melanésios em Timor é a existência contemporânea de línguas papuásicas, como fataluku, makalero, makasae e bunak. Os povos austronésios, por sua vez, marcam uma onda migratória mais recente, cerca de 4,5 mil anos atrás (DURAND, 2009). Tendo transmigraído do Norte para o Sul por Taiwan, Filipinas, Bornéu, Celebes e Molucas até Timor, esses povos transformaram as culturas locais pré-existentes introduzindo, por exemplo, técnica da cerâmica e animais domésticos (cão, porco, cabra e gado), como atestam as pinturas rupestres da época. No

que diz respeito à herança linguística, as línguas faladas em Timor atualmente, em sua maioria, são de origem austronésia, como Tétum, Mambae e Kemak.

Tendo isso em vista, quando nos referimos à identidade timorense, precisamos primeiramente destacar a importância dos povos migrantes melanésios e austronésios na configuração das culturas e línguas de Timor-Leste. A influência colonial portuguesa na (trans)formação da identidade dos povos timorenses é muito mais recente e, em certos aspectos, como o linguístico, ainda carece de ações do Estado para se consolidar.

Depois de chegar à Índia, em 1498, e conquistar Malaca, em 1511, os portugueses investiram em direção à Ilha de Timor, que a esta altura já estava profundamente envolvida em uma rede de comércio mais ampla, iniciando comércio direto, provavelmente por volta de 1515. No entanto, não se estabeleceram de imediato nesta ilha. A base concentrou-se em Solor, de onde os sacerdotes dominicanos supervisionavam o comércio de sândalo com reinos timorenses, nas costas Oeste e Sul da ilha: Kupang, Lifau (Oecussi), Camenaça (DURAND, 2009). O sândalo era abundante no local, e os portugueses passaram a controlar uma lucrativa rede de comércio no Leste asiático, formando a zona Flores-Solor-Timor (GUNN, 1989).

O estabelecimento permanente em Timor ocorreu somente cerca de um século depois, em 1636, quando os holandeses os expulsaram de Solor, fixando-se principalmente no Oeste, na atual região de Kupang, Indonésia (DURAND, 2009). Nesse primeiro momento, a presença em território timorense caracterizou-se, em grande parte, pela atividade dos padres dominicanos, o que provocou aumento do prestígio de Portugal e, ao mesmo tempo, do catolicismo. A língua portuguesa, ensinada pelos padres que buscavam catequisar principalmente os cidadãos nativos mais influentes, ligados aos líderes dos povos locais, apesar de ter *status* social de prestígio, era usada por uma pequena fração da população, principalmente em contextos específicos, como no âmbito da administração oficial, da instrução, do comércio, da religião católica e em interações com portugueses.

Somente nos anos finais do século XIX iniciou-se de fato uma colonização portuguesa em Timor (DURAND, 2009). Muitos reinos timorenses ainda resistiam à presença lusitana. No entanto, a importação de armas modernas e o reforço de tropas enviadas da Índia e da África passaram a viabilizar uma supremacia portuguesa. Apenas nesse momento Portugal começou de fato a implantação de um projeto colonial, marcando uma transformação político-administrativa. Na área da educação, o ensino formal foi alterado. Os padres perderam a primazia que detinham, passando a responder

não somente à Igreja, mas agora também ao Estado. Os objetivos e conteúdos foram modificados, e o ensino da língua portuguesa deveria servir como ferramenta de assimilação social e política.

A estratégia colonial tinha como objetivo manter alianças por meio de uma administração militar e judicial baseada nos direitos tradicionais, porém, com a prevalência da autoridade e da lei portuguesas. Contudo, a influência cultural e linguística portuguesa permanecia limitada a uma pequena parcela da população. A política de trabalhos forçados, entre outros desacordos, fez desse período um momento de intensas batalhas.

Com as guerras da segunda metade do século XIX, muitos liurais rebeldes foram mortos ou presos. Os portugueses aumentaram seu poder sobre os reinos. Com o crescimento do papel do Estado português em Timor, iniciou-se a criação de uma cultura de identidade lusitana que, muito mais por causa da fé católica do que pela generalização da língua portuguesa, distanciava-se cada vez mais da parte Ocidental ligada, a esta altura, a um projeto colonial holandês (GUNN, 1989). Foi apenas com a ascensão dos partidos timorenses que esse panorama começou a mudar. No entanto, isso ocorreu somente depois do período da Segunda Guerra Mundial, que afetou profundamente Timor-Leste. Por volta de 50 mil timorenses, cerca de 10 a 15% da população à época, morreram durante esse período devido aos conflitos entre as tropas japonesas e as tropas australiana e holandesa que invadiram o país no final de 1941 e início de 1942.

Depois da guerra, no final da década de 1950, ocorreu uma expansão educacional promovida pelo governo português, e a língua portuguesa ganhou novo impulso. Os timorenses que passaram a ter acesso à educação começaram a formar uma pequena elite local, e esta tornou-se o berço de um movimento nacionalista anticolonial (GUNN, 2011).

O jornal *Seara*, publicado pela Diocese de Díli desde 1948, passou a ser veículo de divulgação de ideias nacionalistas, com artigos escritos por nomes como Francisco Xavier do Amaral, Nicolau Lobato, Xanana Gusmão, José Ramos-Horta, Mari Alkatiri e Mário Carrascalão (DURAND, 2009; GUNN, 2011). Portugal, por sua vez, a partir da mudança de regime político, em 1974, autorizou a criação oficial de partidos políticos e começou a organizar o processo de entrega do território.

Três partidos destacaram-se no cenário timorense: União Democrática Timorense (UDT), favorável a um processo de independência gradual; Associação

Social-Democrática Timorense (ASDT), que mais tarde se tornaria Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin), defensora de um imediato controle timorense da administração; e Associação Popular Democrática Timorense (Apodeti), que postulava uma integração do território à Indonésia.

Sob uma atmosfera de ameaça da Indonésia (agora independente da Holanda), a UDT rompeu a aliança estabelecida anteriormente com a Fretilin e executou um golpe para assumir o controle do território. Eles prenderam as armas das forças portuguesas e tomaram Díli em 11 de agosto de 1975. A Fretilin, por sua vez, reagiu com maior força, rapidamente tomou Díli e passou a controlar grande parte do território. Os portugueses deixaram a capital e se refugiaram na Ilha de Ataúro. Essa curta guerra civil provocou entre 1.500 e 3 mil mortes. Cerca de 10 mil pessoas próximas aos líderes da UDT fugiram para Timor Ocidental (DURAND, 2009; GUNN, 2011).

Logo em seguida, a Indonésia lançou um novo plano e passou a agir mais intensamente na região da fronteira terrestre. Em outubro, as forças de Suharto já tinham invadido e capturado pelo menos seis cidades. A Fretilin, que continuava a reconhecer a soberania portuguesa, então, solicitou a Portugal que assumisse o compromisso de concluir o processo de concessão de independência e, ao mesmo tempo, fez um pedido à Organização das Nações Unidas (ONU) para que enviasse uma força de paz. Como não houve respostas, os líderes da Fretilin decidiram proclamar unilateralmente a Independência da República Democrática de Timor-Leste, em 28 de novembro de 1975. Francisco Xavier do Amaral, então presidente da Fretilin, assumiu o cargo de presidente da República ao lado de Nicolau Lobato como primeiro-ministro.

Com uma classe dirigente lusófona, a língua portuguesa seguiria gozando do *status* de língua oficial e da administração na nova República. No entanto, dois dias depois da Independência, alguns representantes da UDT e da Apodeti assinaram a chamada Declaração de Balibó, em que solicitavam à Indonésia uma intervenção no território. O exército indonésio invadiu Timor-Leste em 7 de dezembro de 1975. No dia seguinte, os portugueses deixaram a Ilha de Ataúro, rumando para Portugal. Por sua vez, a ONU emitiu posição condenando a intervenção militar; no entanto, nenhuma força de interposição foi enviada.

Jakarta acreditava que os combates durariam menos de duas semanas. Porém, apesar de contar com pesado armamento e com mais de 10 mil homens, as forças indonésias encontraram grandes dificuldades diante de uma resistência muito combativa. No final de 1976, o exército mal controlava as principais rodovias do país.

Contudo, foram ganhando terreno com o passar do tempo, chegando a capturar ou matar a maioria dos principais líderes (DURAND, 2009).

Mais de 450 mil timorenses que haviam se refugiado nas montanhas voltaram à planície, pois as Falintil (Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste), braço militar da Fretilin, haviam perdido as condições de garantir segurança a eles. Grande parte dessas pessoas (mais de 300 mil) foi enviada para campos de concentração. Entre 1975 e 1979, mais de 80 mil timorenses morreram devido à fome e a doenças (CAVR, 2005).

Até então, o uso frequente do português pela Frente Armada significava um contraponto à língua indonésia no âmbito da luta cultural, além de ser mais prática, pois era a que tinha um padrão de escrita mais desenvolvido (RUAK, 2001). Contudo, essa língua, que dominava o espaço de comunicação entre os combatentes, perdeu espaço para o tétum à medida que seus principais líderes lusófonos iam sendo abatidos.

Em 1979, a situação já indicava que apenas pequenos grupos de resistência permaneciam no território. Isso fez com que houvesse reestruturação na forma de luta timorense. Com a liderança de Xanana Gusmão, um dos poucos líderes lusófonos que sobreviveram, a resistência passou a se organizar em guerrilha móvel (DURAND, 2009). Foi criada a chamada Frente Clandestina, um núcleo de resistência popular baseado na colaboração da população com os guerrilheiros.

Após uma série de grandes operações fracassadas para tentar capturar Xanana Gusmão, os militares indonésios aceitaram uma mesa de negociação da paz. No entanto, não houve acordo. Os indonésios queriam a rendição, os timorenses reivindicavam a participação da ONU e a organização de pleito de autodeterminação.

O panorama começou a mudar somente a partir de 1989, quando o governo de Suharto possibilitou uma abertura parcial do território (DURAND, 2009). A visita do Papa João Paulo II em outubro desse ano e a atribuição do Prêmio Nobel da Paz, em 1996, a José Ramos-Horta, um dos principais líderes da chamada frente diplomática no exterior, junto com seu compatriota Bispo Dom Ximenes Belo, destacado defensor da causa timorense em Timor, movimentou a juventude local e a comunidade internacional, que, enfim, voltaria suas atenções para Timor (GUNN, 1989).

Outro fato marcante para que a opinião estrangeira pudesse ser afetada foi o chamado Massacre de Santa Cruz, ocorrido em 1991. O ataque a um grupo de jovens que fazia uma manifestação de protesto e em homenagem a um colega morto, na semana anterior, por soldados indonésios foi filmado por um jornalista inglês e

amplamente difundido no mundo inteiro. Isso afetou a imagem da Indonésia frente a comunidade internacional. O país sofreu sanções e cortes de investimento de parceiros importantes como os Estados Unidos, que suspenderam a assistência militar. Por fim, a captura de Xanana Gusmão, em 1992, e, principalmente, a queda do presidente Suharto, em 1998, também foram decisivos para a assinatura do acordo de maio de 1999, que permitiu a organização de um plebiscito de autodeterminação.

Foi enviada ao território uma equipe das Nações Unidas (Unamet) para preparar a consulta pública. Com caráter exclusivamente administrativo, essa equipe descobriu que as milícias treinadas e armadas pelas forças indonésias estavam atuando para intimidar os independentistas, causando ataques e mortes. Mais de 90 mil pessoas subiram às montanhas para se refugiar. Apesar disso, em 30 de agosto de 1999, mais de 98% dos timorenses foram votar. Prevendo a derrota nas urnas, mesmo antes do anúncio final, alguns edifícios públicos foram incendiados e destruídos. A divulgação do resultado (cerca de 78% a favor da independência), no início de setembro, marcou um momento de extrema alegria e, ao mesmo tempo, de intensificação da violência, que se espalhou por todo o território, somente comparável com os primeiros dias de invasão, em dezembro de 1975. As milícias e algumas unidades do exército indonésio foram responsáveis por um grande derramamento de sangue (cerca de 1.400 mortes) e pela destruição de quase toda a infraestrutura do país, incluindo escolas, estradas, prédios públicos e residências de civis. Aproximadamente 300 mil pessoas se deslocaram em fuga para Timor Ocidental, enquanto numerosas execuções sumárias forçaram centenas de milhares de timorenses a fugir para as montanhas (CAVR, 2005).

Foi somente com a chegada de uma força militar da ONU, a *International Force East Timor* (Interfet), em 20 de setembro, que o terror teve fim. No mês seguinte, o Conselho de Segurança da ONU designou uma nova missão, a *United Nations Transitional Administration for East Timor* (Untaet), com o fim de preparar Timor-Leste para a Independência.

A Untaet abrigou o I Governo Transitório, que ficou a cargo do administrador transitório, representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Seu mandato iniciou em 25 de outubro de 1999 (data da criação da Untaet). Nesse período, Mello acumulou os poderes legislativos, regulamentares e executivos para comandar a chegada de ajuda humanitária e o início da reconstrução da infraestrutura. Sua atuação foi fundamental também para o estabelecimento de uma transição progressiva do controle do país para os timorenses

(GUNN, 2011). Com o passar do tempo, o processo chamado de “timorização” promoveu a inclusão de cidadãos timorenses na administração transitória. Na prática, o I Governo Transitório caracterizou-se por ser um governo misto de transição, composto por elementos da ONU e líderes timorenses.

Uma maior autonomia foi outorgada aos timorenses com a formação do II Governo Transitório. Estabeleceu-se um Conselho de Ministros, composto somente por timorenses, embora ainda subordinado à Untaet. Tendo o Dr. Mari Alkatiri como ministro-chefe do Conselho, o II Governo Transitório conduziu o país entre 20 de setembro de 2001 e 19 de maio de 2002. Foi o período em que se formou a Assembleia Constituinte e em que foram realizadas eleições presidenciais. Em abril de 2002, Xanana Gusmão, o maior líder vivo da resistência, foi eleito presidente da República com 82% dos votos.

A CONSTITUIÇÃO E AS LÍNGUAS OFICIAIS

Houve um importante debate que mobilizou o país às vésperas da Constituinte sobre a língua oficial a ser adotada. Diante da realidade multilinguística dos povos que passaram a formar parte da nação timorense e considerando a memória colonial portuguesa e da ocupação indonésia, as discussões caracterizaram-se por argumentações pró e contra a adoção das consideradas principais línguas presentes na nação em construção. Nesse cenário, receberam destaque a língua tétum-praça, a língua indonésia e a língua inglesa, além da língua portuguesa.

Tornou-se amplamente conhecido um discurso proferido pelo linguista australiano Geoffrey Hull durante o 1º Congresso do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), em 2000, antecipando as discussões da Assembleia Constituinte. Hull defendeu irrestritamente a adoção da língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste juntamente com o tétum (HULL, 2001). A principal via de argumento de se juntar o português, língua do colonizador, ao tétum, língua franca nacional, como língua oficial fundamentou-se no aspecto histórico das relações que ligam Timor a Portugal e na importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. Costa (2012), por exemplo, afirma que há legitimidade na escolha da língua portuguesa pelo seu valor simbólico e pelos aspectos afetivo, identitário e de língua de resistência. Hull (2001) também destacou o aspecto representativo da língua portuguesa

ao argumentar que o processo da colonização efetivado pelos portugueses não obstruiu a identidade e as línguas maternas da nação, tal como fez a invasão indonésia. Além disso, argumentou que sempre existiu uma relação de harmonia entre o português e o tétum-praça, sendo a primeira a origem de muitas contribuições ao enriquecimento da língua local. Já o inglês não deveria ser visto como opção de companheira do tétum como língua oficial por ser uma língua que tende a suplantá-lo, por seu prestígio, as outras línguas locais, gerando nos falantes um complexo de inferioridade com relação às suas línguas maternas (HULL, 2001). A língua indonésia, por sua vez, foi refutada por ser de impacto bastante recente e superficial e por representar uma política linguística de desvalorização das línguas locais em nome da unidade nacional.

A Constituição timorense acabou por reconhecer a língua portuguesa como língua oficial, compartilhando deste *status* com a língua tétum-praça. A língua indonésia e a língua inglesa foram assinaladas como línguas de trabalho, podendo ser usadas no âmbito da administração pública quando necessário (TIMOR-LESTE, 2002a). Com a aprovação do texto final da Constituição, a Restauração da Independência foi formalmente proclamada em Díli em 20 de maio de 2002, refundando, assim, a República Democrática de Timor-Leste.

OS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS E AS POLÍTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

O novo país optou por um sistema político semipresidencialista, em que o chefe de Estado é o presidente da República, eleito por voto direto para um mandato de cinco anos. Ao presidente da República cabe convocar o líder do partido mais votado para formar o governo. Um nome é então indicado pelos deputados integrantes do governo e nomeado pelo presidente da República como primeiro-ministro. Este torna-se o chefe do governo, que passa a conduzir e executar a política geral do país. O governo é constituído pelo primeiro-ministro, pelos ministros e pelos secretários de Estado, que são todos nomeados também pelo presidente da República, a partir da indicação do primeiro-ministro.

Com essa prerrogativa, ao tomar posse como presidente, Xanana Gusmão nomeou Mari Alkatiri como primeiro-ministro. Os integrantes da Assembleia

Constituinte, por força da própria Constituição, passaram a compor o primeiro Parlamento Nacional.

O I Governo Constitucional dirigiu o país de 20 de maio de 2002 até 26 de junho de 2006. No Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), lançado ainda em 2002, a educação foi colocada como um pilar importante na estratégia para reduzir a pobreza e alavancar o desenvolvimento da Nação (RAMOS; TELES, 2012). Depois dos distúrbios de 1999, quase todas as escolas do país encontravam-se total ou parcialmente destruídas, e grande parte dos professores, que eram indonésios, abandonaram o país.

Durante o I Governo Constitucional, houve recuperação parcial desse cenário, principalmente possibilitada pela ajuda financeira externa e pela política de recrutamento de pessoas que, embora sem formação específica, voluntariaram-se para compor o novo quadro de professores do país. A prioridade essencial no momento era, sem dúvidas, a luta contra a pobreza. O Plano de Desenvolvimento Nacional focou, portanto, na necessidade de crescimento econômico. Não obstante, o Plano destaca o setor da educação como fundamental para o progresso e a consolidação do país. No que tange às línguas, o I Governo Constitucional apenas cita genericamente entre seus objetivos a necessidade de facilitar a transição no âmbito escolar para as novas línguas oficiais (TIMOR-LESTE, 2002b).

O mandato de Mari Alkatiri, no entanto, não cumpriu os cinco anos previstos na Constituição, pois o primeiro-ministro renunciou ao cargo na esteira da chamada Crise de 2006. Essa expressão é usada para designar um violento conflito armado entre militares das Forças Armadas (F-FDTL) e integrantes da Polícia Nacional (PNTL).

Com a queda do primeiro-ministro, José Ramos-Horta foi empossado como novo chefe do governo pelo presidente da República em 10 de julho de 2006, dando início ao II Governo Constitucional. Esse governo completou o período estabelecido para o primeiro mandato sob o olhar atento da comunidade internacional, que, preocupada com a instabilidade do país, passou a questionar a atuação da ONU no fornecimento de apoio adequado. A resposta da entidade foi o envio, em agosto, da quinta missão da ONU em Timor-Leste, chamada *United Nations Mission in Timor-Leste* (UNMIT), para apoiar a estabilidade democrática nacional, principalmente fortalecendo o setor da segurança e a reconstrução da força policial timorense.

Com relação à área da Educação, apesar do curto período de tempo (apenas nove meses), o governo de Ramos-Horta ficou marcado pela criação do Ministério da Educação e da Cultura, por meio do Decreto-Lei nº 13/2006, de 09 de agosto. Seu

governo lançou ainda dois documentos importantes que indicam a forma como o país começou a encaminhar as políticas relacionadas às línguas. Na *Lei Orgânica do Ministério da Educação*, aprovada no final de 2006, são definidas as principais atribuições do novo ministério, assim com as suas áreas de atividade fundamentais. O texto da lei cita a reintrodução das línguas oficiais nas escolas, estabelecendo suas posições no quadro educativo do país: a língua portuguesa figura como língua de instrução, e a língua tétum deve funcionar como auxiliar didático (TIMOR-LESTE, 2006).

Ainda em 2006, o governo aprovou a Política Nacional de Educação e da Cultura 2006-2010, a qual apresentava, entre outras, uma série de propostas e objetivos relacionados às línguas. Primeiramente, a política reforçava o exposto na *Lei Orgânica*, estabelecendo como objetivo da educação e cultura acelerar a reintrodução da língua portuguesa e do tétum nas escolas. Ela pontuava mais especificamente a implementação das línguas oficiais e nacionais como identidade cultural, destacando o direito e o dever dos cidadãos timorenses de preservar, defender e valorizar o patrimônio cultural do país. A implementação reforçava também o lugar da língua portuguesa como língua de instrução, além de colocar a formação e capacitação de professores em português como um princípio orientador da formulação e implementação das políticas, dos planos e programas de educação e cultura. A proposta ainda estabelecia uma política específica para a língua portuguesa, definindo que o ministério deveria desenvolver materiais de educação primária, em português, em conformidade com o desenvolvimento do currículo, e estabelecer como requisito que todos os professores fossem suficientemente fluentes em português para lecionar nos níveis e disciplinas correspondentes (TIMOR-LESTE, 2007a).

O III Governo Constitucional teve um interino como chefe do governo, pois José Ramos-Horta passou de primeiro-ministro a presidente da República, depois de ser eleito no pleito presidencial de 2007. Esse governo pode ser considerado como um governo de transição, em que Estanislau da Conceição Aleixo Maria da Silva governou o país de 20 de maio até 08 de agosto de 2007, quando o presidente eleito daria posse a um novo primeiro-ministro indicado pelo parlamento.

Por ter sido de curta duração (menos de três meses), o governo interino não foi capaz de implementar a resolução governamental que definiu, no governo anterior, a Política Nacional de Educação. Houve tempo, porém, de se produzir um documento para avaliar e projetar os rumos do desenvolvimento, com o propósito de agilizar o

processo de transição e de facilitar a continuidade das políticas educativas. As conclusões contidas nesse documento indicaram que a maioria dos projetos e programas estava ainda em fase inicial de desenvolvimento. Segundo o relatório, os desafios para os governos seguintes encontravam-se na necessidade de aumentar a taxa de presença de crianças e jovens na escola, na melhoria de desempenho dos estudantes, no fornecimento de materiais de ensino, na construção de um quadro de professores com formação adequada, na melhoria das condições das escolas e na superação das dificuldades relacionadas ao uso efetivo das línguas de instrução (RAMOS; TELES, 2012).

Em 8 de agosto de 2007, no uso de suas atribuições, o presidente Ramos-Horta nomeou Xanana Gusmão como primeiro-ministro, estabelecendo o IV Governo Constitucional. As eleições parlamentares de junho do mesmo ano haviam garantido ao novo governo uma sólida base de apoio parlamentar, possibilitando a criação de um projeto político reformador com vistas ao desenvolvimento social e econômico do país (TIMOR-LESTE, 2007b).

O Programa do IV Governo, no que tange às questões linguísticas, destaca primeiramente a falta de uma política clara, nos governos anteriores, sobre o papel da língua de ensino como fator primordial da unidade nacional. Mesmo assim, repercutindo as discussões em torno da língua de ensino, o governo propõe, de maneira genérica, o reequacionamento da problemática da língua oficial de instrução e do ensino de outras línguas, incluindo as línguas nacionais, o inglês ou o indonésio, como línguas de trabalho (TIMOR-LESTE, 2007b). Há, assim, uma pequena sinalização de abertura às línguas nacionais e ao inglês e indonésio. O Programa cita ainda a necessidade e o compromisso do novo governo em assumir uma política de promoção e valorização do tétum.

Nesse governo, a chamada Política Nacional de Educação, aprovada no governo anterior, recebeu uma revisão antes de começar a ser implementada. No que diz respeito à questão linguística, no entanto, a política manteve como um dos objetivos primordiais acelerar a reintrodução das línguas oficiais nas escolas. Ela ainda estabeleceu como um propósito do governo a aprovação de uma *Lei de Bases para a Educação*, atendendo à necessidade de um enquadramento jurídico regulamentar para o setor.

Em 2008, então, foi aprovada a *Lei de Bases da Educação*, que pode ser considerada como um dos principais instrumentos da Política de Educação de modo geral e, especificamente, de Política Linguística timorense. Segundo Ramos e Teles

(2012), os primeiros governos tiveram que se dedicar quase exclusivamente às necessidades mais urgentes e imediatas após o colapso da educação ocorrido em 1999. Todavia, conduziram suas políticas educativas sem uma normatização clara e sólida que os sustentassem legislativamente, evidenciando a necessidade de defini-las dentro de um enquadramento jurídico legal. A *Lei de Bases*, entre outras normas, estabeleceu a universalização do ensino básico de nove anos com matrícula obrigatória e gratuita, reforçou a garantia da igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares e previu medidas destinadas a proporcionar uma escolaridade efetiva a todos (RAMOS; TELES, 2012).

Sobre a questão das línguas, a *Lei de Bases* abona o *status* dado ao português e ao tétum pelos documentos oficiais anteriores, confirmando-os como as línguas de instrução do sistema educativo. Para o ensino básico, porém, além de garantir o domínio das línguas portuguesa e tétum, a lei abre novos espaços, estabelecendo como objetivo para esse nível a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira, assim como o conhecimento das línguas nacionais. Da mesma forma, o ensino secundário, que dura três anos e se divide em curso geral e técnico vocacional, deve ofertar obrigatoriamente, além do português, componentes de língua e cultura timorenses. Além disso, em ambos os níveis de ensino, a lei define que o ensino-aprendizagem das línguas oficiais deve ser estruturado de forma que todos os outros componentes curriculares contribuam, sistematicamente, para o desenvolvimento das capacidades de compreensão e produção, orais e escritos, em português e tétum. De forma muito semelhante, o ensino superior também é responsabilizado pela promoção e valorização das línguas e da cultura timorenses. A *Lei de Bases* determinava ainda que, a partir de 2010, apenas os estabelecimentos de ensino que utilizassem as línguas oficiais como línguas de instrução poderiam integrar o sistema educativo timorense, salvo casos excepcionais a critério do governo (TIMOR-LESTE, 2008).

Apesar do estabelecimento normativo em torno das línguas oficiais de instrução, durante o IV Governo Constitucional, emergiu um grande debate sobre a eficácia dessa abordagem. O Plano Estratégico Nacional da Educação 2011-2030, lançado em julho 2011, sinalizou a intenção do governo em adotar uma proposta de utilização das línguas maternas como língua de base no início da escolarização.

Inspirado por estudos que mostram que os alunos aprendem melhor quando a sua língua materna é utilizada na sala de aula e que a integração das línguas maternas, particularmente nos níveis iniciais, fornece uma base para a aquisição de competências

de aprendizagem, o governo propôs estudar a validade de um programa para introdução do uso das línguas maternas na educação pré-escolar, com o objetivo de aumentar a inscrição das crianças, de reduzir as taxas de abandono escolar e de melhorar os resultados globais em relação à educação (TIMOR-LESTE, 2011a). A argumentação para a adoção dessa abordagem sustenta-se no fato de que, em alguns distritos, as crianças não têm contato diário com as línguas oficiais antes de iniciarem seus estudos e de que esta situação pode levar a alguns problemas de aprendizagem.

O Ministério da Educação, baseado na falta de resultados expressivos no crescimento da lusofonia em território timorense, bem como no baixo rendimento e em grandes taxas de repetência e abandono escolar, abriu espaço para o projeto chamado Educação Multilíngue Baseada na Língua Materna (EMBLI). Essa proposta foi lançada ainda em 2011 com o propósito de empreender um programa-piloto que visava a testar a viabilidade do uso de línguas nacionais não oficiais como línguas de instrução no início da educação básica. Por ser experimental, o Programa abordou apenas três línguas maternas, faladas em três distritos diferentes: o fataluku, em Lautém; o galolen, em Manatuto; e o baikeno, em Oecussi. Depois de dar formação aos professores e desenvolver material didático específico, as aulas começaram no ano letivo de 2013. Foram selecionadas duas escolas de educação infantil e duas escolas primárias de cada distrito. O programa previa ainda uma avaliação global dos resultados passados três anos de aplicação (TIMOR-LESTE, 2011b).

É preciso salientar que essa nova proposta não agradou parte do setor político, que via nela uma ameaça ao desenvolvimento das línguas oficiais, sobretudo ao português e ao processo de consolidação da identidade nacional vinculada à lusofonia. Foi assim que, apesar da maioria governista, em 7 de setembro de 2011, o Parlamento Nacional emitiu um documento, a Resolução nº 20/2011, em que expressava sua preocupação com a possibilidade de quebra do processo de consolidação da unidade e coesão nacionais.

Ora, para a preservação, aprofundamento e projecção no espaço e no tempo da relação desinteressada e complementar entre as duas línguas oficiais é fundamental acalentar um sistema de educação eficiente e homogêneo em todo o país **apenas baseado nelas**. Só assim se garante unidade, cultura e coesão nacionais. O desafio da paz permanente e da afirmação do Estado de Direito soberano não é compatível com vulnerabilidades internas susceptíveis de exploração com base na diferença. A diferença e o multiculturalismo são intrínsecos à identidade de Timor-Leste, e continuarão a ser, como sempre foram, elementos fundamentais da vida colectiva, **mas têm**

que ser enquadrados pelo objectivo maior da consolidação do Estado em torno de uma identidade cultural e política forte e original na região sudeste asiática e no mundo (TIMOR-LESTE, 2011c, n.p., grifos nossos).

Curiosamente, no mesmo dia em que emitiu a Resolução nº 20/2011, o Parlamento Nacional aprovou o Plano Curricular do 3º Ciclo do Ensino Básico proposto pelo governo. Conhecido como Reforma do 3º Ciclo, esse plano estabelece a educação bilíngue em tétum e em português como princípios gerais para a etapa final o ensino básico (RAMOS; TELES, 2012). Ainda, além das duas línguas oficiais, foi adicionado o ensino de Inglês. No entanto, as aulas de Língua Portuguesa deveriam gozar de uma carga-horária superior às outras línguas do currículo.

O atraso na nomeação de Xanana Gusmão, gerado pelo governo de transição, criou um descompasso em relação ao período de troca de presidentes e primeiros-ministros. Quando o presidente eleito no pleito de 2012, Taur Matan Ruak, assumiu a presidência, em 20 de maio, Xanana ainda tinha alguns meses para concluir seus cinco anos de mandato como primeiro ministro. No entanto, em agosto de 2012, o próprio Xanana Gusmão foi empossado novamente para cumprir seu segundo mandato, formando o V Governo Constitucional.

Nesse governo, introduziu-se, nas políticas de educação, a possibilidade de usar as línguas maternas como língua de instrução. Fundamentado na proposta do Embli, o governo estabeleceu no seu Programa de Governo a introdução da Política de Ensino Multilíngue baseado nas línguas maternas de Timor-Leste. Essa política, voltada exclusivamente para o ensino pré-escolar e o ensino básico, tinha como objetivo melhorar o acesso à educação, assegurar uma construção sólida de conhecimentos básicos e possibilitar uma transição sistemática para a aprendizagem das línguas oficiais. A forma do texto indica que, nos casos em que a língua constitui uma barreira à aprendizagem e ao sucesso escolar, as línguas maternas podem ser usadas; em outros casos, inclusive, devem ser usadas (TIMOR-LESTE, 2012a).

O Ministério da Educação, por sua vez, lançou logo em seguida o Plano do Ministério da Educação 2013-2017. Para pôr em prática a política proposta pelo governo, esse documento previu uma revisão do currículo do ensino pré-escolar, de modo a incluir línguas locais como línguas de ensino. Da mesma forma, estabelece para o ensino básico a introdução das recomendações da Política de Educação Multilíngue baseada nas línguas maternas de Timor-Leste para o ensino básico. O plano prevê ainda a formação de 5 mil professores do ensino básico nas línguas de instrução e

sensibilização à utilização das línguas maternas e, para o ensino secundário, mantém as línguas oficiais como língua de instrução, estabelecendo a criação de Programas de Formação de Professores para a formação continuada de cerca de 3.500 professores nas línguas portuguesa e tétum (TIMOR-LESTE, 2012b)

Apesar das propostas de mudanças, o governo de Xanana Gusmão não completou seus cinco anos de mandato. Em fevereiro de 2015, ele apresentou carta de demissão alegando a necessidade de reestruturação profunda, abertura à nova geração para governar, não só a nível ministerial, mas também a nível da chefia do governo, visando ao fortalecimento do Estado e das instituições. O presidente Taur Matan Ruak nomeou, então, Rui Maria de Araújo, indicado pelo Parlamento, para assumir o cargo e montar o VI Governo Constitucional, que se estendeu até 15 de setembro de 2017.

No novo Programa de Governo, o primeiro-ministro recém-empossado procurou dar prosseguimento à proposta do governo anterior, indicando, para o ensino pré-escolar e ensino básico, a continuidade da proposta que buscava garantir a aquisição de conhecimentos mínimos, com base na Política de Ensino Multilíngue baseado nas línguas maternas de Timor-Leste, visando ainda à facilitação do domínio das línguas oficiais. O governo propôs um olhar atento aos resultados oficiais dos projetos-piloto em curso no momento (TIMOR-LESTE, 2015).

Foi nesse curto governo que, em outubro de 2016, foram apresentados os resultados e as conclusões do Programa Piloto de Educação Multilíngue baseada nas línguas maternas (Embli). Para a avaliação do Programa, foram considerados o teste de desempenho dos alunos, as entrevistas com as partes interessadas, as visitas às escolas e a sondagem de opinião para reunir informações sobre as atitudes relativas às línguas. Os dados mostraram aumento significativo no desempenho acadêmico, indicando que poderia acelerar a preparação acadêmica das crianças para aprenderem em graus superiores. Os números demonstraram também forte eficácia nas zonas rurais, onde os resultados educacionais tendem a ser mais fracos. Por fim, o relatório concluiu que, considerando o custo e a eficácia constatados, o Programa Embli parecia ser uma escolha especialmente adequada, principalmente para a melhoria da qualidade da educação nas áreas rurais mais remotas e com histórico de baixo desempenho (WALTER, 2016).

Com o fim do VI Governo, o quarto presidente da República da era pós-restauração da Independência, Francisco Guterres Lu-Olo, que havia assumido o cargo em maio de 2017, empossou novamente Mari Alkatiri como primeiro-ministro,

formando o VII Governo Constitucional, em 15 de setembro. O novo chefe do governo, no entanto, enfrentou grave oposição parlamentar, não conseguindo aprovar o orçamento para o ano seguinte. Considerando a situação como uma grave crise institucional, o presidente da República dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições parlamentares para 12 de maio de 2018. Com uma nova bancada, foi sugerido o nome de Taur Matan Ruak para assumir o cargo de primeiro-ministro. Formou-se, assim, o VIII Governo Constitucional, em 22 de junho de 2018.

O Programa do VIII Governo Constitucional (TIMOR-LESTE, 2018) mantém o objetivo de dar suporte às crianças que não possuem conhecimento de uma das línguas oficiais quando ingressam no ensino pré-escolar. Para isso, propõe a continuação do Programa Embli até ao final do 2º Ciclo (6º ano) do ensino básico.

Apesar disso, pareceu haver cuidado maior, com relação ao governo anterior, em salientar a posição de destaque que as línguas oficiais ocupam na política do governo, como uma forma de tranquilizar os que não concordam com tal proposta. O programa do governo, ao mesmo tempo em que assegura o uso das línguas maternas, estabelece que, ao ingressar no ensino básico, aos seis anos de idade, todas as crianças terão acesso à aquisição de sólidas competências de letramento nas línguas oficiais. Assim, pode-se depreender o entendimento do Programa Embli como um reforço da formação geral (principalmente matemática e línguas) e principalmente como ponte para a aprendizagem das línguas oficiais.

Para o ensino superior, o Programa incide sobre a necessidade de se garantir a utilização efetiva das línguas oficiais nas universidades, projetando a criação de um “ano zero”, que serviria para reforçar as competências linguísticas e outros conhecimentos científicos básicos importantes para as diferentes carreiras. Determinou-se como meta que todos os estabelecimentos de ensino superior utilizassem as línguas oficiais como línguas exclusivas de formação e ensino.

Por fim, o Programa propôs efetivar uma política de línguas no setor da Justiça, com a implementação de um regime de utilização obrigatória das línguas oficiais, adotando um modelo bilíngue para a elaboração de atos normativos, processos judiciais e o procedimento administrativo dos serviços da Justiça (TIMOR-LESTE, 2018).



Tendo em conta o percurso histórico da língua portuguesa em Timor-Leste, contrastando com a milenar presença das línguas austronésias e papuas, consideradas hoje como línguas maternas, e com a relativamente superficial e recente presença da língua indonésia e ainda com a proximidade e abrangência da língua inglesa, temos um quadro atual em que as políticas procuram manejar os futuros rumos do contexto multilinguístico de Timor-Leste. Desde um período inicial, baseado somente na Constituição, e a partir da criação de um corpo legal estruturante, principalmente com a Lei de Bases da Educação em 2008, as políticas relacionadas às línguas e à educação de Timor-Leste mostraram certa unidade e continuidade à medida que os Governos Constitucionais vão se sucedendo. O Estado criou base legal e meios com o objetivo de encontrar formas de consolidar, principalmente, a presença da língua portuguesa como marca de identidade, estabelecendo políticas e planejamento linguístico que assegurem o ensino e a difusão das línguas oficiais nos sistemas de ensino do país.

Há ainda muitos desafios para a implementação das políticas propostas, que passam por diferentes setores da administração pública. No entanto, nos colocamos de acordo com Ramos e Teles (2012), que acreditam já haver um conjunto significativo de condições para o sucesso da consolidação das políticas de educação. A estabilidade democrática dá mostras de vigor, por exemplo, na discussão que envolve as línguas de instrução do sistema educativo. O debate público, aberto e democrático tem dado espaço a novas propostas, como a da Embli, que agrega-se aos esforços de consolidar o lugar ímpar que Timor-Leste se propõe a ocupar no Sudeste asiático e no mundo desde a restauração de sua independência.

Estabilidade democrática e consolidação de políticas são dois fatores que se somam no esforço necessário para a implementação de um sistema educativo de qualidade. Nesse sentido, tudo indica haver sinais de estabilidade futura, mesmo com as transições governamentais (RAMOS; TELES, 2012). No entanto, para a efetivação das políticas estabelecidas, é necessário superar algumas barreiras de ordem estrutural, como a própria orgânica do Ministério da Educação, a necessidade de formação de maiores e melhores quadros docentes, a consolidação do currículo e a recuperação e ampliação das infraestruturas necessárias.

- COMISSÃO DE ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO (CAVR). *Chega!* Relatório de Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste. Timor-Leste: Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação, 2005.
- COSTA, L. A língua. Fator de identidade nacional leste-timorense. In: BASTOS, N. (org.). *Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários*. São Paulo: EDUC, 2012. p. 213-222.
- DURAND, F. *42000 ans d'histoire de Timor Est*. Toulouse: Edições Arkuiris, 2009.
- GUNN, G. C. History of Timor. ISEG - Lisbon School of Economics & Management. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1989. Disponível em: https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/History_of_Timor.pdf. Acesso em: 30 ago. 2018.
- GUNN, G. C. *Historical Dictionary of East Timor*. Maryland: The Scarecrow Press, 2011.
- HULL, G. *Timor-Leste: identidade, língua e política nacional*. Lisboa: Instituto Camões, 2001.
- RAMOS, A. M.; TELES, F. *Memória das políticas educativas em Timor-Leste: a consolidação de um sistema (2007-2012)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2012.
- RUAK, T. M. A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. *Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n. 14, p. 40-41, jul./set. 2001.
- TIMOR-LESTE. *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*. Díli: Assembleia Constituinte, 2002a. Disponível em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.
- TIMOR-LESTE. *Programa do I Governo Constitucional*. Díli: Parlamento Nacional, 2002b. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/outros_actos_parlamento_nacional/Programa_Governo_Constitucional.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.
- TIMOR-LESTE. Ministério da Educação e da Cultura. *Decreto-Lei 21/2006*. Orgânica do Ministério da Educação e da Cultura. Díli: Ministério da Educação e da Cultura, 2006. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/1393>. Acesso em: 10 set. 2018.
- TIMOR-LESTE. *Resolução 03/2007*. Aprova a Política Nacional de Educação. Díli, 2007a. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/1847>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- TIMOR-LESTE. *Programa do IV Governo Constitucional*. Díli, 2007b. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=pt&bl=16>. Acesso em: 01 out. 2018.
- TIMOR-LESTE. Lei nº 14/2008 Lei de Bases da Educação. *Jornal da República*, série I, n. 40, 29 de outubro de 2008. P. 2641-2680, 2008. Disponível em: <http://www.moe.gov.tl/pdf/LeiBaseEducacao.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- TIMOR-LESTE. *Plano Nacional Estratégico da Educação*. Díli, 2011a. Disponível em: http://planipolis.iiep.unesco.org/sites/planipolis/files/ressources/timor_leste_plano_nacional_estrategico_da_educacao_2011-2030_0.pdf. Acesso em: 22 set. 2018.
- TIMOR-LESTE. *Educação Multilíngue Baseada na Língua Materna: Política Nacional*. Díli: Komisaun Nasional Edukasaun, 2011b.
- TIMOR-LESTE. *Resolução nº 20/2011*. Sobre a importância da promoção e do ensino nas línguas oficiais para a unidade e coesão nacionais e para a consolidação de uma identidade própria e original no mundo. Díli, 2011c. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no33.pdf. Acesso em: 25 set. 2018.
- TIMOR-LESTE. *Programa do V Governo Constitucional*. Díli, 2012a. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=pt&bl=7569>. Acesso em: 01 out. 2018.



TIMOR-LESTE. *Plano do Ministério da Educação 2013-2017*. Díli, 2012b. Disponível em: http://planipolis.iiep.unesco.org/sites/planipolis/files/ressources/timor-leste_ministerio_da_educacao_plano_2013-2017.pdf. Acesso em: 13 jul. 2018.

TIMOR-LESTE. *Programa VI Governo Constitucional*. Díli, 2015. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=pt&bl=11688>. Acesso em 01 out. 2018.

TIMOR-LESTE. *Programa VIII Governo Constitucional*. Díli, 2018. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=pt&bl=19915>. Acesso em: 01 out. 2018.

WALTER, S. L. *Avaliação final do programa-piloto de Educação Multilíngue Baseada nas Línguas Maternas (EMBLI)*. Díli, 2016. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2017/01/Prt-Executive-Summary-for-EMBLI-Endline-Assessment-V4.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

Data de recebimento: 22/12/2018

Data de aprovação: 02/05/2019